

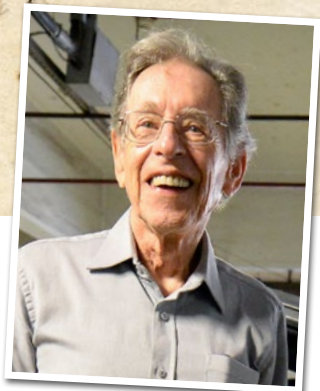
apartes

NÚMERO 18 - JANEIRO-FEVEREIRO/2016

Distribuição gratuita

Pragas urbanas

Você até pode tentar evitar, mas diariamente vai se deparar com alguma. Conheça as criaturas que disputam espaço com os humanos na cidade e o que tem sido feito para conter suas superpopulações



Reinaldo Pereira

O idealizador da primeira rodoviária paulistana

Carta do poeta

Pedido de Oswald de Andrade criou a Praça Benedito Calixto

Mesa Diretora

Presidente: Antonio Donato (PT)
1º Vice-Presidente: Milton Leite (Democratas)
2º Vice-Presidente: Edir Sales (PSD)
1º Secretário: Adolfo Quintas (PSDB)
2º Secretário: Adilson Amadeu (PTB)
1º Suplente: George Hato (PMDB)
2º Suplente: Eduardo Tuma (PSDB)
Corregedor: Dalton Silvano (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV), Adilson Amadeu (PTB), Adolfo Quintas (PSDB), Alessandro Guedes (PT) - suplente em exercício, Alfreidinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Anibal de Freitas (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Antonio Donato (PT), Ari Friedenbach (PHS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Dalton Silvano (Democratas), David Soares (PSD), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Jair Tatto (PT), Jamil Murad (PCdoB), Jean Madeira (PRB) - licenciado, Jonas Camisa Nova (Democratas), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT) - licenciado, Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Noemi Nonato (PROS), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Quito Formiga (PSDB), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV), Ricardo Young (PPS), Salomão Pereira (PSDB), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Ushitaro Kamia (PSD) - suplente em exercício, Valdecir Cabrabom (PTB) - suplente em exercício, Vavá (PT), Wadih Mutran (PDT).

Expediente

Editores executivos: José Carlos T. de Camargo Filho e Maria Isabel L. Correa
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira, Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez
Apoio e expedição: Leandro Uliam
Mídias sociais: Lívia Tamashiro
Estagiários: Alyne Scarpioni, Carlos Mendonça, Késsia Riany e Matheus Briet
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria Geral Parlamentar - SGP
Secretaria de Documentação - SGP.3
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
Secretaria de Infraestrutura - SGA.3
Equipe de Garagem e Frota - SGA.33
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Arte de Leonardo Pedrazzoli e foto de Mozart Gomes/CMSP

Revista Apartes - Palácio Anchieta

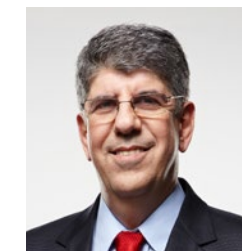
Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br/apartes

Tiragem: 16.000 exemplares
Fechamento desta edição: 12/02/2016

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador Antonio Donato
Presidente da CMSP



*Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública*

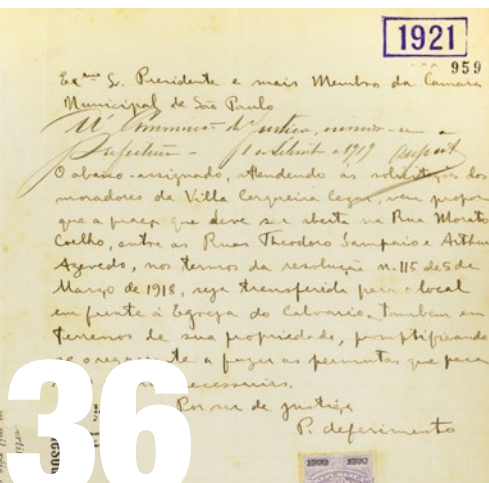
Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br/apartes

apartes



SUMÁRIO

- 3 **Palavra do Presidente**
- 6 **Notas**
- 8 **Com a palavra**
Raquel Rolnik
- 12 **Saúde**
Pragas da cidade
- 22 **Direitos humanos**
Uma nova verdade
- 28 **Perfil**
Reinaldo Canto Pereira
A profecia deu certo
- 36 **Desarquivando**
A pedido do poeta
- 40 **Segurança**
GCM completa 30 anos

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes

Donato é reeleito presidente



A partir da esquerda, vereadores George Hato, Adilson Amadeu, Edir Sales, Milton Leite, Antonio Donato, Adolfo Quintas e Eduardo Tuma

A composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) para 2016 foi escolhida em 15 de dezembro. Com 50 votos, o vereador Antonio Donato (PT) foi reeleito como presidente. Ele afirma que o sucesso do projeto Câmara no Seu Bairro, idealizado pela Mesa Diretora de 2015, foi o responsável pela reeleição:

“A proposta foi abraçada por todos os vereadores e funcionou como um importante instrumento de interlocução com as lideranças de cada bairro”.

Além de Donato, a nova Mesa Diretora é composta pelos vereadores Milton Leite (Democratas), primeiro-vice-presidente; Edir Sales (PSD), segunda vice-presidenta;

Adolfo Quintas (PSDB), primeiro-secretário; Adilson Amadeu (PTB), segundo secretário; George Hato (PMDB), primeiro-suplente, e Eduardo Tuma (PSDB), segundo suplente. Dalton Silvano (Democratas) foi reeleito como corregedor-geral. Os parlamentares assumiram seus cargos na Mesa em 1º de janeiro.

Cidadãos da terceira idade são homenageados

A solenidade Terceira Idade em Festa foi realizada no Plenário da Câmara Municipal em 11 de dezembro. Idealizada pela Presidência da CMSP e pela Comissão Extraordinária Permanente do Idoso e de Assistência Social, a cerimônia homenageou os cidadãos da terceira idade que participaram dos trabalhos legislativos de

2015. Houve também apresentação do coral e da banda da Guarda Civil Municipal (GCM), que animou os participantes.

“Esse é um dia de congraçamento, para as pessoas ouvirem um pouco de música e se divertirem”, afirmou o presidente da Comissão, vereador Mario Covas Neto (PSDB).



Idosos dançam ao som da banda e do coral da GCM

Escola do Parlamento e Cepal fazem parceria

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) assinaram, em 3 de dezembro, um acordo para aprimorar a capacitação de funcionários do Executivo e do Legislativo.

A Cepal é uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e contribui com o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos e caribenhos, reforçando suas relações.

O diretor-presidente da Escola do Parlamento, Christy Ganzert Pato, informou que será elaborado um plano de trabalho para se pensar na agenda de capacitação dos profissionais do Legislativo e Executivo, em cursos para a população e na troca de experiências entre os profissionais da Câmara, Prefeitura de São Paulo e Cepal.

Câmara no Seu Bairro reúne 12 mil participantes

Após nove meses, o projeto Câmara no Seu Bairro chegou ao fim, passando por todas as 32 Subprefeituras de São Paulo e contando com a presença de 12 mil cidadãos. Realizadas de março a novembro de 2015, as sessões nos bairros tinham o objetivo principal de aproximar o Legislativo da população, que pôde fazer reivindicações de necessidades para cada local visitado.

Diversas solicitações viraram projetos de leis (PLs) e algumas se tornaram leis. “Esse programa foi um marco na relação da Câmara com as lideranças populares, olhamos no olho da população, conversamos com ela”, afirma o presidente da CMSP, Antonio Donato (PT).



Salva de prata: Olha aê o picolé de frutas



Menção honrosa: Vinho como alimento



Menção honrosa: BiBimBap – O risoto coreano

Jornalismo gastronômico é premiado

O Troféu São Paulo: Capital Mundial da Gastronomia foi entregue na Câmara Municipal em 26 de novembro. A premiação é destinada aos melhores trabalhos jornalísticos na área gastronômica e busca incentivar os veículos de comunicação a divulgarem a gastronomia paulistana. Os vencedores da 18ª edição do prêmio levaram salvas de prata. Em algumas categorias também houve menções honrosas.

Raquel Rolnik

Para urbanista, cidades viraram palco de uma guerra entre o direito à moradia e os espaços urbanos tratados como mercadoria

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br
Colaborou Matheus Briet



“

São Paulo começa a retomar os espaços públicos”

A ação dos estudantes que tomaram conta das escolas públicas paulistas no final de 2015 tem muito em comum com vários outros movimentos mundo afora, dos ativistas anticapitalistas do Occupy Wall Street (que fincaram pé em Wall Street, Nova York, em 2011) aos manifestantes turcos que tomaram a Praça Taksim, em Istambul, contra a construção de um shopping center. São movimentos de pessoas que se cansaram de ver o governo e o mercado tomarem todas as decisões sobre suas vidas e resolveram buscar novas formas de gestão da vida coletiva, ocupando locais que funcionam como laboratórios de “experimentação de futuros possíveis”. Essa é a *Guerra dos Lugares*, que dá nome ao livro que a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik lançou em dezembro de 2015 pela editora Boitempo.

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Raquel foi diretora de Planejamento da cidade de São Paulo e secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Entre 2008 e 2014, atuou como relatora especial para o Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e viu de perto como

a transformação da moradia em mercadoria fez milhares de famílias perderem suas casas, em países tão diferentes como os Estados Unidos ou o Cazaquistão. Para ela, os novos movimentos de ocupação de espaços públicos são uma reação às políticas urbanas que, em todo mundo, esqueceram seu papel social e transformaram a terra urbana em fonte de ganho financeiro.

Como relatora da ONU, você teve contato com pobres que perderam suas casas em várias partes do mundo. O que provoca essa crise global de moradia?

Meu mandato se iniciou em 2008, quando estourou a crise hipotecária financeira nos Estados Unidos. A origem está nas hipotecas residenciais assumidas por populações de baixa renda, historicamente excluídas

do mercado. Eu viajei para lá numa das minhas primeiras missões, para entender a origem daquilo. A questão que me chamou atenção eram milhares de pessoas ficando sem casa, morando em carros velhos ou até em tendas. Depois, vi muitos elementos semelhantes no Cazaquistão, na Indonésia, no Chile, no Brasil. Percebi que em vários países existe uma mudança de paradigma da moradia, que deixa de ser uma política social para se transformar em mercadoria e, posteriormente, em ativo financeiro.

Por que essa mudança de modelo faz as pessoas perderem suas casas?

No bojo de reformas neoliberais que ocorreram nas políticas sociais, como a da educação e a da saúde, a da habitação foi uma das primeiras e mais radicais. Nos anos 70 e início dos 80, tem uma espécie de migração da dívida dos Estados para as famílias. Foi um mecanismo de utilização da residência como garantia para alavancar maior consumo. É a financeirização da moradia. O mercado financeiro tem uma

natureza de risco e especulativa, numa hora a bolsa sobe, noutra cai. Só tem um detalhe: quando cai, as famílias perdem suas casas. É você expor o indivíduo às vulnerabilidades e aos riscos inerentes à lógica do mercado.

Expor o que é mais essencial para uma pessoa, a sua casa.

A casa é uma porta de entrada para os outros direitos humanos. É a partir dela que se realiza o acesso à educação, à saúde, à cultura. Por isso, quando a coisa estoura, vai aumentar em muito a vulnerabilidade das famílias.

Qual o papel do Estado nesse processo?

Vários países implantaram políticas massivas de moradia via mercado, subsidiada pelo Estado. O Estado é mobilizado para comprar um produto no mercado, normalmente de péssima qualidade, porque, no momento em que o Estado estabelece o valor máximo daquele produto para poder subsidiá-lo, o mercado, para ter lucro, vai minimizar ao máximo o seu custo. A grande baixada de custo ocorre ao escolher uma localização para o produto, onde não tem infraestrutura. Com o Minha Casa, Minha Vida, o efeito dessa política foi a produção massiva de conjuntos habitacionais onde não tem cidade, não tem equipamento, não tem emprego. Ao mesmo tempo, o excedente global financeiro, que hoje domina o capitalismo, vai se expandir sobre áreas vazias ou subutilizadas, em antigas áreas portuárias ou industriais abandonadas, e nos assentamentos informais

bem localizados – nos países onde a informalidade e a autoconstrução sempre foram a política (ou a falta dela) predominante de moradia.

Grandes eventos esportivos e desastres naturais também são pretextos para expulsar comunidades?

Um megaevento é perfeito para uma remoção. A gente pode observar muito claramente na preparação da Olimpíada no Rio de Janeiro e com a Copa do Mundo em algumas cidades. Um desastre natural também é perfeito. Eu pude observar os processos de reconstrução pós-tsunami nas Ilhas Maldivas e na Indonésia. Praias de alto interesse turístico historicamente ocupadas por pescadores, depois que foram inundadas viraram “área de risco” e ninguém podia mais morar ali. Tiraram todo mundo e, no lugar, colocaram um belo resort de luxo.



“A casa é a porta de entrada para os direitos humanos”

Das cidades brasileiras, o Rio é onde o processo de tomada de um lugar foi mais radical. As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras) têm uma geografia muito precisa: são uma ocupação militar em torno da área de expansão do mercado imobiliário do Rio, que é a Barra da Tijuca, a grande sede da operação olímpica.

No seu livro *A cidade e a lei* (Studio Nobel, 1997), você conta que a desigualdade da cidade de São Paulo não nasceu por falta de planejamento, mas foi gerada pelas leis.

Exatamente. É uma regulação excludente e é impressionante a força dela. Eu agora estava acompanhando a discussão do zoneamento. O foco desse debate continua o mesmo desde a primeira lei de zoneamento, de 1972. Dialoga com um pedaço muito pequeno da cidade. Nas audiências, o debate é a zona exclusivamente residencial, que quer se manter como tal ante a pressão da verticalização, como se esse fosse o debate fundamental desta cidade. Esse é o debate de um pedaço da cidade.

NR: o projeto da nova Lei de Zoneamento está em pauta na Câmara Municipal.

E como você vê o Plano Diretor, aprovado em 2014?

O Plano Diretor teve alguns elementos de inovação. Me parece que foi a primeira vez que um planejamento da cidade trabalhou a priorização da estrutura urbana em torno do transporte público. Também tem sido muito impor-

tante, na construção desse novo ordenamento jurídico, o peso dado às ZEIS (Zonas Especiais de Interesses Sociais), embora tenhamos muito pela frente ainda para poder implementá-las como deveriam.

Várias pessoas resistem e criam outras maneiras de viver na cidade. A arma são as ocupações, seja nas escolas de São Paulo ou num parque em Wall Street. O que há em comum nessas ocupações?

Um dos efeitos do avanço dessas políticas neoliberais é ativar as forças de resistência a elas. Tem movimentos relacionados ao direito à cidade emergindo em vários lugares. No Brasil, estamos assistindo a uma espécie de renascimento de movimentos sociais ligados à questão urbana. Nos anos 90, São Paulo viveu um momento de negação do espaço público. Foi o boom dos shoppings centers e dos condomínios fechados. Esse modelo matou a rua, porque dizia que era insegura. O que começamos a ver neste momento, inédito desde que me conheço por gente, é uma retomada do espaço público em São Paulo. É o movimento das ciclovias e da priorização do transporte coletivo. O exemplo máximo é o embate em torno do uso da Avenida Paulista como uma área de lazer.

O que esses movimentos de ocupação trazem de novidade?

Eles são muito diferentes dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, que basicamente demandavam creche, hospital... Hoje não demandam, já fazem. Por exemplo, o movimento Parque Augusta se

“Um megaevento, como a Olimpíada, é perfeito para uma remoção”

Ricardo Rocha/CNSP



instala no parque e usa aquilo como parque e ponto. A mesma coisa com o movimento Buraco da Minhoca, no Minhocão, e A Batata Precisa de Você, no Largo da Batata. A ocupação das escolas eu acho que tem a ver com isso. É uma estratégia de demanda, mas também é uma afirmação de pertencimento. É uma afirmação de que o espaço público não é propriedade do poder público, o espaço público é nosso, a escola é nossa. Esses novos movimentos estão apontando para outras formas de organização, e com uma importância muito grande na perspectiva das políticas. Pensando em participação, a [urbanista] Ermínia Maricato fala em um artigo: “nunca fomos tão participativos”. Tem audiência pública para tudo, conselho para


tudo, mas está faltando o poder, nesses espaços, de incidir sobre a política pública. Então, na hora em que as pessoas ocupam, estão fazendo política pública do seu próprio jeito, diretamente e já.

Sobra participação, mas falta empoderamento?

Exatamente, não tem poder nenhum. Tem milhões de conselhos paritários em que o governo tem o voto de Minerva. Mesmo se a sociedade civil votar inteirinha em bloco contra o governo, ela perde. Isso é piada. O processo decisório real não passa por essas instâncias. A participação do cidadão está colocada nas ocupações. Tem experiências de autogestão. Os relatos que vieram das escolas ocupadas, dos meninos e meninas se organi-

zando para cozinhar, para limpar, para fazer, para deliberar. Há toda uma construção política na experimentação da gestão da vida coletiva nesses espaços, que não é mediada por instâncias institucionais.

Uma outra cidade é possível?

Uma outra cidade é possível sempre. O modelo neoliberal de cidade e moradia está morto, porém hegemônico – essa é uma frase do Neil Smith, importante geógrafo. Está morto: não tem capacidade de dar resposta à crise que ele mesmo provocou. Ainda não tem um modelo alternativo a esse paradigma, mas isso é um processo de construção cotidiana dos que vivem na cidade. As cidades hoje são os locais de experimentação e de formulação de pensamento. 

Pragas da cidade

Animais que matam e espalham doenças estão cada vez mais adaptados à vida urbana. Ações tentam controlar as infestações

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

Elas estão em toda parte. Dentro da sua casa e na de todos que você conhece. Nos hotéis onde você se hospeda e nos mercados onde faz compras. Embaixo dos seus pés, em esgotos onde vivem milhões de baratas capazes de transmitir um catálogo de doenças que vai de herpes a hanseníase. Podem estar na sua cama, onde percevejos se abrigam para furar sua pele e beber seu sangue enquanto você dorme. Ou dentro dos seus sapatos, um dos abrigos preferidos dos pequenos escorpiões-amarelos, que carregam

veneno suficiente para matar crianças ou idosos com uma só picada. E também podem vir dos céus, na forma de simpáticos pombos, que tanta gente gosta de alimentar, mas que são fontes de ácaros e infecções pulmonares.

São chamadas de pragas urbanas, ou de animais sinantrópicos: seres que convivem com os humanos a despeito da nossa vontade. E que vivem muito bem, obrigado, graças às boas condições que eu e você fornecemos gratuitamente para elas, na forma de água, alimento, abrigo e

acesso – os chamados “4 As”. O avanço da civilização não as repele, pelo contrário: quanto mais progresso material, mais elas proliferam.

“As pragas urbanas existem desde os primórdios da civilização, usufruindo da hospitalidade inocente do homem”, afirma o biólogo Francisco Zorzenon, parando por um momento de examinar no microscópio um fragmento de árvore, em um laboratório do Instituto

Biológico (vinculado à Secretaria Estadual da Agricultura), onde atua como diretor-técnico da Unidade Laboratorial de Referência em Pragas Urbanas. O pedaço de madeira pertence a um tronco que tombou uma semana antes, no interior de São Paulo, matando duas pessoas. Sobre o fragmento, uma festa de bichinhos brancos que se movem sem parar: são cupins.

Quando a humanidade formou as cidades, fez a alegria de um número incalculável de espécies, que encontraram nesses locais a sua Terra Prometida. Sabe como é, viver na natureza não é fácil: além de precisar disputar a tampa de comida e

abrigo, os animais precisam fugir de predadores que estão sempre à espreita. Nas cidades, é bem diferente. “Num ambiente artificial, as edificações servem de abrigo, o lixo que a gente gera fornece alimento em abundância e muitos predadores são eliminados”, explica Zorzenon. Comparados a seus parentes dos ambientes naturais, as pragas urbanas levam uma vida de pura ostentação.

É como se, na história da evolução, as pragas urbanas fossem a outra face do mesmo processo que, após milhares de anos, transformou lobos mortíferos e felinos selvagens nos cães e gatos que hoje rendem tantos *likes* nas redes sociais. Da mesma forma, vários dos animais sinantrópicos se adaptaram tão bem à vida sob o nosso teto que, após anos de seleção natural, transformaram-se em novas espécies, tão urbanas quanto um congestionamento. Não dá para

MORTAL
Picada do
escorpião-
-amarelo pode
matar crianças
e idosos

Guilherme Garbelotto/CMSP

achar, por exemplo, uma barata de esgoto em ambiente silvestre: a *Periplaneta americana* só existe nas cidades.

CIVILIZADOS E GLOBALIZADOS

Considerado o inimigo número um entre as pragas urbanas da cidade de São Paulo, o mosquito *Aedes aegypti* também não é chegado numa natureza. Para depositar seus ovos, a fêmea gosta de recipientes artificiais, feitos de materiais como plástico e borracha. “A industrialização deu mais condições para o mosquito se desenvolver”, explica Alessandro Giangola, biólogo da Coordenação da Vigilância em Saúde (Covisa) da Secretaria Municipal da Saúde e coordenador-geral das ações de controle do *Aedes* na cidade de São Paulo.

Giangola conta que o mosquito se deu bem com a crise hídrica, que levou muita gente a comprar caixas d’água e cisternas sem o cuidado de lavá-las e fechá-las adequadamente. Pior: nos últimos anos, o *Aedes aegypti*, que tradicionalmente só conseguia se reproduzir no auge do verão, evoluiu geneticamente ao ponto de conseguir circular também nas temperaturas mais amenas, confor-



Aedes aegypti

Pode carregar 4 doenças: dengue, zika, chikungunya e febre amarela. Na cidade de SP, só há registro de transmissão de dengue. Bota ovos em água limpa e parada. Considerada principal praga urbana de SP.

Fontes: Instituto Biológico / Centro de Controle de Zoonoses / Biópolis / Ministério da Saúde

me apontou uma pesquisa divulgada no ano passado pelo Instituto Butantan, órgão do governo estadual.

Com cada vez mais mosquitos picando em mais dias do ano, o resultado foi uma explosão nos números da dengue (veja gráfico na pág. 19). E este nem é o único perigo: o *Aedes aegypti* também é capaz de transmitir zika, febre amarela e chikungunya. Mas, segundo Giangola, ainda não há registro de transmissão dessas outras doenças em território paulistano.

“O *Aedes aegypti* é hoje o nosso principal alvo”, diz o biólogo. Para combater seu maior adversário, a

Prefeitura de São Paulo ganhou, no ano passado, uma nova arma: a Lei 16.273/2015, nascida de um projeto do vereador Paulo Fiorilo (PT), que, entre outros pontos, autoriza os agentes sanitários a entrarem à força em imóveis particulares, quando o proprietário estiver ausente ou se recusar a recebê-los.

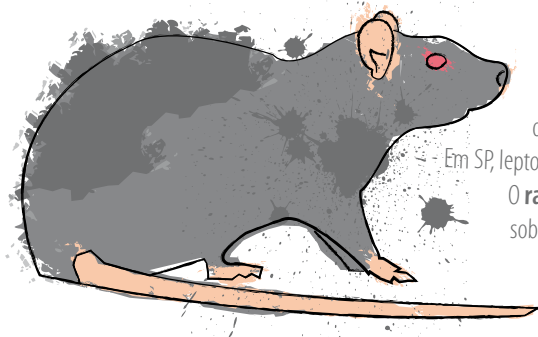
“Na maioria dos casos há grande participação e colaboração dos cidadãos, porém há situações excepcionais em que a única maneira de evitar o combate é o ingresso forçado em imóveis que são potenciais criadouros do mosquito”, aponta Fiorilo na justificativa do projeto. “Essa lei vai nos ajudar muito, principalmente para a entrada em imóveis vazios da região central”, celebra Giangola.

Do mesmo jeito que a industrialização impulsionou a carreira meteórica do *Aedes*, a globalização ajudou a disseminação de outro inimigo: os percevejos-de-cama (*Cimex lectularius*), que se espalharam pelos quartos de hotéis de várias partes do mundo. Medindo poucos milímetros, conseguem passar despercebidos ao pegar carona nas malas dos viajantes e quando estão escondidos nos lençóis do quarto,



ATAQUE • Gladyston Costa injeta veneno para ratos, próximo ao Viaduto do Chá

esperando o hóspede adormecer para se alimentar do seu sangue. “O número de percevejos em hotéis aumentou muito após a Copa do Mundo, e deve aumentar ainda mais com a Olimpíada”, aponta Francisco Zorzenon.



Rato

Ratazanas (*Rattus norvegicus*) disseminam leptospirose pela urina. Em SP, leptospirose mata tanto quanto dengue. O rato-de-telhado (*Rattus rattus*) sobe por fios elétricos e escala árvores. Transmite também tifo, salmonela e outras doenças.

Fontes: Instituto Biológico / Centro de Controle de Zoonoses / Biópolis / Ministério da Saúde



Escorpião

Responsável por 45% dos ataques com animais peçonhentos. Escorpião-amarelo (*Tityus serrulatus*) é o mais perigoso. Picada pode matar crianças e idosos.

Fontes: Instituto Biológico / Centro de Controle de Zoonoses / Biópolis / Ministério da Saúde

Iniciativas de combate às pragas urbanas

Leis

16.273/2015 | Paulo Fiorilo (PT) Prevê procedimentos contra o mosquito *Aedes aegypti*, inclusive a entrada forçada em imóveis

14.430/2007 | Zelão Cria o Programa de Combate à Proliferação de Ratos

13.745/2004 | Paulo Frange (PTB) Cria o Selo Ação Social de Controle de Pragas Sinantrópicas

13.651/2003 | Goulart Dispõe sobre medidas para evitar o acúmulo de água e a entrada e a proliferação de insetos no interior de barreiras de proteção em autódromos

13.454/2002 | Paulo Frange (PTB) Institui programa Adote Seu Quarteirão, de combate à dengue

Projetos de lei (*)

575/2015 | Adolfo Quintas (PSDB), Alfredinho (PT), Anibal de Freitas (PSDB), Ari Friedenbach (PHS), Aurélio Nomura (PSDB), Aurélio Miguel (PR), Calvo (PMDB), Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Edir Sales (PSD), George Hato (PMDB), Jonas Camisa Nova (Democratas), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PT), Pr. Edemilson Chaves (PP), Quito Formiga (PSDB), Salomão Pereira (PSDB), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Toninho Vespoli (PSOL), Valdecir Cabrabom (PTB), Vavá (PT) e Netinho de Paula

Complementa a Lei 16.273/2015 autorizando a Prefeitura a fazer limpeza de terrenos baldios e cobrar o custo dos proprietários

484/2015 | Natalini (PV) Proíbe a alimentação de pombos

136/2015 | Valdecir Cabrabom (PTB) Incentiva o cultivo das plantas citronela e crotalária para combater a dengue

(*) Da atual Legislatura

doces) podem carregar as piores doenças, se antes de chegar ao seu alimento tiverem passeado em latas de lixo, banheiros ou mesmo na ferida de um doente. As inocentes formigas, aliás, representam um sério risco de infecção hospitalar. Sem falar das espécies que curtem fazer ninhos dentro de tevês e computadores, onde liberam ácidos que destroem os aparelhos.

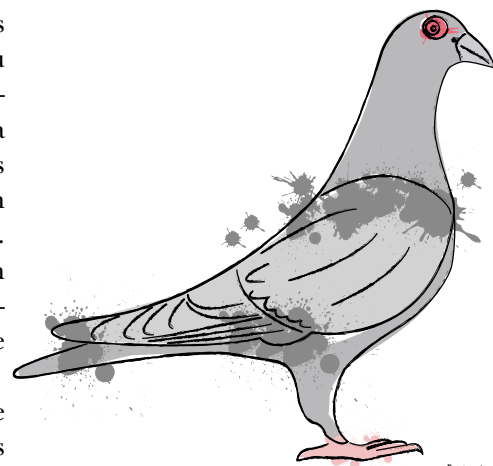
O pombo é outro bicho que, de inocente, só tem a cara. “Eles são mais tolerados que os ratos, embora sejam transmissores de doenças tão ou mais importantes do que as transmitidas pelos roedores”, afirma Zorzenon. Nos sótãos, forros e outras partes das nossas casas que essas aves transformam em suas, as fezes acumuladas levam à proliferação de fungos que podem causar doenças respiratórias graves, como a criptocose, que afeta o sistema nervoso central.

São perigosos, mas também são fofos. Graças a essa fofura, os

AMEAÇA
Zorzenon, do Instituto Biológico, observa tronco de jacarandá destruído por cupins



Ricardo Rocha/CMSP



Pombo

As fezes, ácidas, destroem monumentos. Em locais fechados, as fezes desenvolvem fungos muito perigosos. **Recomenda-se que não seja alimentado.**

Fontes: Instituto Biológico / Centro de Controle de Zoonoses / Biópolis / Ministério da Saúde

pombos vivem comendo de graça por conta dos que adoram jogar milho e outros restos de alimento para eles. “Os pombos despertam a simpatia de algumas pessoas, que os alimentam rotineiramente, levando à explosão de sua população. Este comportamento deve ser reprimido a bem da coletividade e saúde pública”, afirma o vereador Gilberto Natalini (PV) na justificativa do Projeto de Lei (PL) 484/2015, que estabelece multa de R\$ 200 para quem alimentar pombos, valor que dobra em caso de reincidência. “Esse é um projeto maravilhoso e de crucial importância para a educação do povo”, elogia Zorzenon.

Já o biólogo Gladyston Carlos Vasconcelos Costa, da Subgerência de Vigilância, Prevenção e Controle da Fauna Sinantrópica (Susin) do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) da Prefeitura de São Paulo, prevê que, caso a lei seja aprovada, será difícil fiscalizar a aplicação. “Já conversei muito com alimentadores de pombo e não é fácil (convencê-los)”, diz. Ele conta a história de uma senhora, d. Adélia, que jogava na frente de casa resto de arroz, que, além de virar comida de pombo, tornava a calçada escorregadia e provocava quedas em quem passava.



Barata

Blatella germanica (francesinha): pequena, é comum em cozinhas. *Periplaneta americana*: maior, prefere esgotos e latrinas. Vomita e defeca nos alimentos. Transmite várias doenças, de diarreia a hanseníase.

Fontes: Instituto Biológico / Centro de Controle de Zoonoses / Biópolis / Ministério da Saúde

ESTRAGO
Biólogo Randy Baldresca retira ninho de cupins de um apartamento



Arquivo pessoal

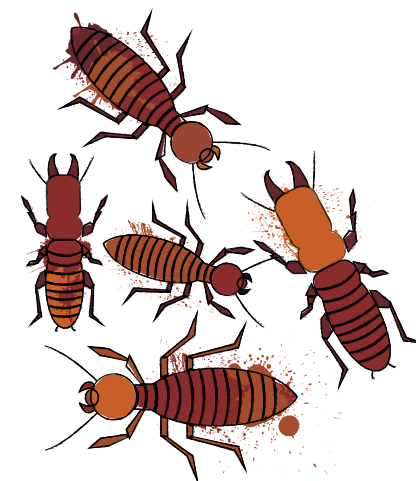
“Foram seis meses de conversa, e ela só repetia que pombos são animais sagrados, de Deus. Só parou de alimentá-los porque morreu.”

DOENÇAS DE RICO E POBRE

Duas graciosas deusas nuas esculpidas em bronze pelo modernista Victor Brecheret, as *Graças* enfeitam os corredores de mármore da Galeria Prestes Maia, no Vale do Anhangabaú, centro de São Paulo. Com o local fechado, os únicos espectadores dessas obras de arte são os ratos. “Tem atividade deles aqui”, constata o biólogo Gladyston Costa, da Zoonoses,

Cupim

Praga que mais causa danos materiais. Derruba árvores. **Pode destruir quase tudo:** móveis, livros, roupas. Causa curto em instalações elétricas.



Fontes: Instituto Biológico / Centro de Controle de Zoonoses / Biópolis / Ministério da Saúde

observando pedacinhos escuros de fezes deixados pelos roedores em uma escada rolante desativada, próxima às deusas de bronze.

Numa manhã de sábado, em novembro do ano passado, a galeria é um dos pontos que ele e um estagiário da Zoonoses, Lucas Daminello, visitam em uma ação para combater uma infestação dos roedores que toma conta do Anhangabaú. “Não tem comida perto da escada. Por que acha que estão aqui?”, pergunta Costa, observando que um dos “4 As” está ausente naquele trecho. “Superpopulação. Devem ter vindo de um ninho próximo”, responde o estagiário. A população de roedores é tão grande que cria suas próprias periferias.

Vestindo luvas e jalecos, a dupla circula pela Galeria Prestes Maia e pelo subsolo do Edifício Matarazzo, sede da Prefeitura de São Paulo, deixando caixas de plástico com iscas recheadas de veneno. A ação da substância é lenta, para que o rato morra bem longe do alimento envenenado e os demais roedores não façam a associação entre as iscas e a morte do companheiro.



GUERRA
Fiorillo propôs lei que autoriza entrada à força em imóveis para combater a dengue

O trabalho da Zoonoses é feito em parceria com as Supervisões de Vigilância em Saúde (Suvis), espalhadas pela cidade. No combate aos roedores, segue as normas do Programa de Combate à Proliferação de Ratos, criado em 2007 pela Lei 14.430, do então vereador Zelão.

Enquanto deixa as iscas, Costa observa rastros amarelados que os corpos dos ratos, cobertos de gordura, deixaram nas paredes brancas e constata que estão todos perto do chão. “Nenhuma atividade pelo alto”, diz. Significa que a infestação de hoje é uma exclusividade dos *Rattus norvegicus*, as ratazanas de esgoto, grandes como gatos e principais transmissoras da temida leptospirose. Não há sinal dos ratos-de-telhado (*Rattus rattus*), que podem subir por fios, escalar muros e entrar pelas janelas do apartamento.

Pobre ou rico, ninguém está livre de um encontro com esses bi-

chos. Há seis anos, num condomínio recém-construído da zona leste de São Paulo, com apartamentos no valor de até R\$ 1,3 milhão, os moradores foram surpreendidos, logo após a mudança, ao encontrar ninhos de ratos-de-telhado em suas varandas gourmet. “Descobrimos que a construtora havia cometido vários erros, como deixar que os operários jogassem resto de alimento nos andares e não tampar ramais de esgoto nos subsolos”, conta o síndico Marcos Burti. A infestação só foi resolvida com a contratação de uma empresa de manejo de pragas.

No entanto, ainda que estejam presentes em toda a cidade, é nos bairros mais pobres que os ratos provocam os maiores estragos. Misturada à água das enchentes, a urina dos roedores dissemina a leptospirose, doença que mata tanto quanto a dengue, mesmo atingindo um número

bem menor de pessoas (veja gráfico na pág. ao lado). Por que essas mortes causam menos comoção do que as vítimas do *Aedes*? É uma boa pergunta. Uma possível resposta é dada por um técnico da Prefeitura, em tom reservado: “Porque a leptospirose só mata pobre, enquanto a dengue também atinge os bacanas”.

GIGANTE, BRANCA E BANDIDA

O biólogo Randy Baldresca mergulha uma pinça num vidrinho de formol e de lá retira o cadáver de um escorpião-amarelo, com aproximadamente cinco centímetros. “É um *Tityus serrulatus*”, apresenta. A espécie é considerada uma das mais venenosas da América do Sul. Nas histórias de picadas de escorpião que terminam em morte, geralmente de idosos ou crianças com menos de 14 anos, o vilão costuma ser um *serrulatus* – animal cada vez mais

LEPTOSPIROSE

Gladyston Costa, da Zoonoses: doença causada por rato mata tanto quanto dengue



Marcio Ximenez/CMSP

presente por aqui. “As infestações de escorpiões vêm aumentando na cidade de São Paulo”, alerta Baldresca.

Dos animais dotados de veneno, chamados peçonhentos, o escorpião foi o que se deu melhor ao trocar o

campo pela vida agitada das cidades. Costumava ficar atrás das cobras na lista dos campeões de ataques a seres humanos compilada pelo Ministério da Saúde, mas assumiu a liderança a partir de 2004 e se mantém nessa



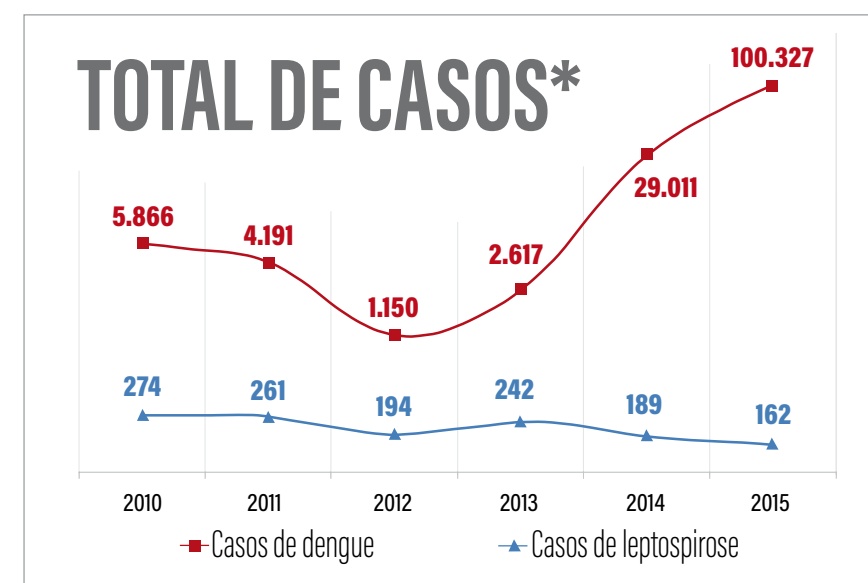
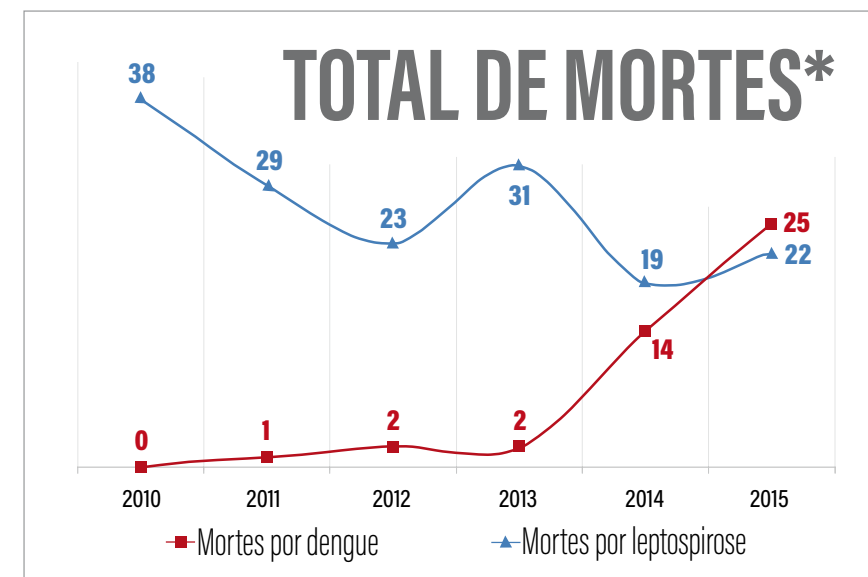
PROIBIÇÃO • Vereador Natalini quer multa para quem alimentar pombos

posição. Hoje, três em cada quatro ataques de escorpiões ocorrem em ambiente urbano, segundo estudo do Instituto Butantan.

O segredo do sucesso dos escorpiões nas cidades é o mesmo de todo sinantrópico: estão livres de predadores e têm um fornecimento abundante da sua comida preferida – no caso, as baratas. Lugar para morar também não é problema. Fazem suas casas em esgotos, armários, caixas de eletricidade, forros. E o mais assustador: adoram entrar num calçado.

Baldresca chama seu escorpião-amarelo de Gigante. “A gente costuma dar nome aos bichos aqui”, conta o biólogo. Nos armários da Biópolis, empresa de controle de pragas urbanas que criou há 14 anos, ele guarda uma coleção de troféus que encontrou em suas andanças profissionais. Além de Gigante, o escorpião, constam da lista: Branca (uma ratazana), Bandida (uma aranha), ovos de urubus e

Dengue x Leptospirose



* NA CIDADE DE SÃO PAULO

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde

ninhos gigantescos de cupins. “Sou o biólogo mais feliz do mundo. Meu trabalho é meu prazer”, diz.

Na coleção de Baldresca, a maioria das peças tem relação com os cupins, a praga urbana que mais causa danos materiais. Entre as vítimas desses bichinhos que ele

guarda nas prateleiras, estão o pedaço esburacado de um dormente de estrada de ferro, sapatos, malas, roupas, câmeras fotográficas e uma série de páginas desmanchadas que já foram a tese de doutorado de uma professora da Universidade de São Paulo (USP).

Cupins se alimentam da celulose presente em madeira, papel e tecido, mas a destruição que provocam vai muito além desses materiais. É que, para chegar à sua fonte de alimento, vão consumindo tudo o que encontram pela frente, seja instalações elétri-

cas, paredes ou lajes de concreto. O principal destruidor é o cupim subterrâneo (*Coptotermes gestroi*), que pode se espalhar pelas edificações, criando ninhos satélites interligados à colônia principal, cada um deles habitado por até 5 milhões de bichinhos devoradores. A mesma espécie também é a principal responsável por quedas de árvores. “A velocidade de reprodução dos cupins é muito grande. A rainha coloca um ovo a cada dois segundos”, afirma o biólogo.

Se tem uma promessa que Baldresca não faz aos seus clientes é a de eliminar as pragas urbanas de um local – simplesmente porque é impossível. “Controle de praga é apenas redução de probabilidade de ocorrência. Não posso dizer que um lugar estará livre de um animal”, explica.

SABE QUANDO?

No Anhangabaú, após colocar as iscas para os ratos, Gladyston Costa, da Zoonoses, veste uma máscara e, armado com uma bomba, vai em direção a três buracos que localizou na terra embaixo do Viaduto do



INOFENSIVAS?
Formigas, tanto quanto baratas, podem carregar bactérias muito perigosas

PROTEJA SUA CASA DAS PRAGAS

FORA DA CASA

- Evite contato com água de enchente
- Não alimente pombos
- Mantenha terrenos baldios limpos e murados
- Coloque o lixo para fora pouco antes da passagem do lixeiro

QUINTAL

- Evite acumular objetos sem uso
- Em jardins, mantenha o mato cortado e recolha as folhas
- Lave vasilhas de animais domésticos ao menos uma vez por dia

OUTROS LUGARES

- Faça vistoria e limpeza em garagens, sótãos e porões



Fontes: Instituto Biológico / Centro de Controle de Zoonoses/ Biópolis

Chá. São tocas de ratos. Ali, injeta um veneno em forma de pó branco que gruda no pelo dos roedores. “Só colocar veneno não adianta”, ressalta o biólogo da Prefeitura. Ele

conta que também faz parte do trabalho passar informações aos moradores, especialmente sobre o descarte correto do lixo, e, nas áreas mais críticas, acionar as Subprefeituras para ações como corte do mato e remoção de sujeira.

Serviço encerrado, Costa tira o jaleco e a máscara. Seu olhar faz uma panorâmica que abarca os edifícios abarrotados com milhares de pessoas circundando o Vale do Anhangabaú, no centro da mais populosa cidade da América Latina. “Imagina quanta comida não sai todo dia de cada um desses prédios”, diz ao estagiário. E solta uma previsão, baseada em 13 anos de combate a esses pequenos animais, inimigos tão íntimos de todos os humanos. “Sabe quando a gente vai conseguir acabar de vez com esses bichos? Nunca.”



Percevejo

Encontrado em camas de hotel. Quantidade aumentou após vinda de estrangeiros na Copa do Mundo. **Deve aumentar ainda mais com Olimpíada.** Picadas incomodam, mas não causam doenças graves.

Fontes: Instituto Biológico / Centro de Controle de Zoonoses / Biópolis / Ministério da Saúde

Uma nova verdade

Ao restituir mandatos cassados e concluir que ditadura matou um ex-presidente, Comissão Municipal da Verdade busca reescrever história do Brasil

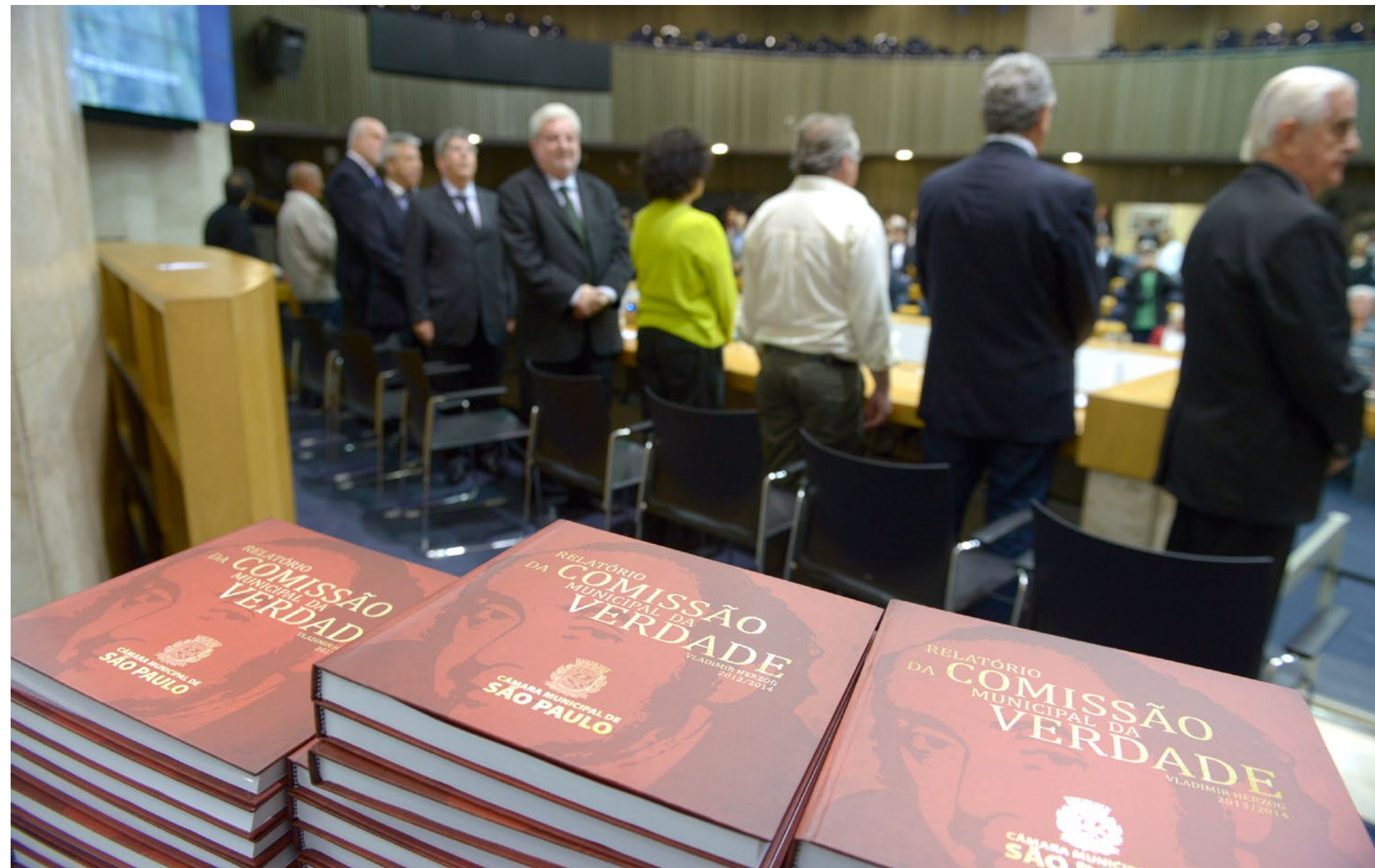
Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

Pessoas olhando, assustadas, pela persiana de uma janela em Brasília, tentando adivinhar se era seguro sair. É uma cena de infância, do ano de 1968, que ficou marcada na cabeça do vereador Mario Covas Neto (PSDB), do tempo em que seu pai, o então deputado federal Mário Covas Júnior, atuava como líder da bancada de oposição ao governo militar e costumava usar o apartamento da família, na capital federal, para abrigar perseguidos pela ditadura.

Outra cena da memória de Covas Neto é do ano seguinte: a imagem de chegar em casa, vindo da escola, e encontrar a mãe chorando enquanto fritava um bife e lhe dizia que seu pai havia sido preso e estava incomunicável. Souberam depois que não havia acusações contra o deputado: ele era

apenas testemunha num processo judicial. “Aquilo me chamou muito a atenção, porque, se a testemunha era tratada daquele jeito, imagine o réu”, recorda o vereador.

Mario Covas Neto pôde revisitar essa época dolorosa e investigar os segredos da ditadura militar de 1964-85 durante os dois anos em que atuou como relator da segunda fase da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. “Foi uma oportunidade indescritível”, disse o parlamentar na noite de lançamento do relatório final, no Plenário da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), em 26 de outubro do ano passado. “A gente deu uma pequena contribuição, pequena mesmo, pois tem muito mais coisas ainda para serem desvendadas.”



CONCLUSÃO • Apresentação do relatório final da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, no Plenário da CMSP

A “pequena contribuição” dos vereadores deu origem a um livro de 458 páginas, apresentando o resultado do trabalho da segunda fase da Comissão, realizada entre março de 2013 e dezembro de 2014. Antes disso, a primeira fase da Comissão Municipal da Verdade, iniciada em março de 2012 e encerrada em dezembro daquele ano

(devido ao término da legislatura), já havia rendido um relatório de 264 páginas. Os dois textos estão disponíveis em www.camara.sp.gov.br.

À ALTURA DO NOME

O nome escolhido para a comissão homenageia o jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura em 25 de

outubro de 1975. A escolha da denominação apresentou aos vereadores o desafio de estar à altura da memória de um personagem que, após ser morto, transformou-se numa bandeira de luta que abalou o regime militar, ajudou a trazer de volta a democracia e, desde então, virou sinônimo de jornalismo preocupado com direitos humanos.

Para Clarice Herzog, viúva de Vladimir, os vereadores conseguiram cumprir o seu papel. “Foi um trabalho muito sério e investigativo, como tinha de ser, já que levava o nome de Vladimir Herzog”, disse, durante o lançamento do relatório.

O jornalista também foi homenageado com a renomeação de uma

PRINCIPAIS MOMENTOS DA

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE



5/2012:

Instalação da primeira fase da Comissão, que apresenta relatório no fim do ano



25/6/2013: Ministro da ditadura, Delfim Netto nega ligação com os crimes do regime

Crédito: Fábio Lazzari/CMSP



27/5/2013:

Fotógrafo Silvaldo Leung Vieira é levado ao local onde retratou o corpo de Herzog, em 1975

Crédito: Mozart Gomes/CMSP

Crédito: Fábio Lazzari/CMSP



25/10/2013: Inaugurada a praça Vladimir Herzog, com a obra "25 de outubro", de Elifas Andreato



9/12/2013:

Sessão solene restitui simbolicamente os mandatos de 42 vereadores cassados por ações autoritárias entre 1937 e 1969

Crédito: Mozart Gomes/CMSP



10/12/2013:

Relatório especial afirma que ex-presidente Juscelino Kubitschek, morto em 1976, foi assassinado pela ditadura



26/10/2015: Encerramento e apresentação do relatório final

Crédito: Guto Carbalheiro/CMSP

praça ao lado do Palácio Anchieta, sede da CMSP, que a partir de 2013 passou a se chamar Praça Vladimir Herzog. Fechada para reforma, a praça foi reinaugurada no mesmo dia do lançamento do segundo relatório. O local ganhou um memorial, com um mosaico construído pelo artista plástico Elifas Andreato e por crianças da ONG Projeto Âncora. O mosaico traz uma nova versão do quadro *25 de outubro*, também de Andreato, instalado em 1981 no Sin-

dicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Chamado pelo artista de "*Pietà sem Madonna*" ou "*Guernica brasileiro*" (em referência às obras de Michelangelo e Picasso), o quadro mostra o corpo de Herzog cercado por instrumentos de tortura.

A imagem de *25 de outubro* foi inspirada em uma famosa foto de Herzog morto, divulgada pela ditadura militar para provar a tese de que o jornalista havia se enforcado na prisão. A imagem, em que o suposto enforcado apa-

recia com os joelhos no chão, era uma farsa tão óbvia que produziu o efeito contrário do pretendido pelos militares: tornou-se um símbolo dos horrores do regime ditatorial brasileiro.

O autor da foto, Silvaldo Leung Vieira, que hoje vive nos Estados Unidos, veio ao Brasil a convite da Comissão da Verdade. O fotógrafo contou aos vereadores que deixou o País por causa do episódio com Herzog, mas não foi por medo. "Foi por nojo", explicou. Acompanhado dos

vereadores, Silvaldo visitou a antiga sede do Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na Rua Tutoia (bairro Paraíso), onde a foto foi feita. É nesse endereço que o relatório da Comissão pede a instalação de um memorial aos presos e desaparecidos políticos.

ASSASSINATO

Um dos pontos mais polêmicos levantados pela Comissão Municipal da

Verdade foi a conclusão de que o ex-presidente Juscelino Kubitschek não morreu em um acidente na Rodovia Presidente Dutra, em 1976, como registram as versões oficiais. Com base em 114 indícios, os vereadores apontaram que Kubitschek e seu motorista, Geraldo Ribeiro, foram assassinados pelo governo militar, vítimas de "conspiração, complô e atentado político".

A conclusão foi rejeitada pela Comissão Nacional da Verdade, em

Brasília, que preferiu a versão de morte accidental. Mas os vereadores não mudaram de ideia. "Temos certeza de que JK foi assassinado", afirma Gilberto Natalini (PV), presidente da Comissão. Tanto que um dos homenageados durante a cerimônia de entrega do relatório foi o motorista aposentado Josias Nunes de Oliveira, que, pela versão da morte accidental, teria provocado a morte do ex-presidente ao chocar o ônibus que dirigia contra o Opala de Kubitschek – mas

Composição da Comissão Municipal da Verdade

1ª fase (2012)

Presidente: Ítalo Cardoso
Vice-presidente: Gilberto Natalini (PV)
Relator: Eliseu Gabriel (PSB)
Demais integrantes: Jamil Murad (PCdoB), José Rolim e Juliana Cardoso (PT)

2ª fase (2013-2014)

Presidente: Gilberto Natalini (PV)
Vice-presidenta: Juliana Cardoso (PT)
Relator: Mario Covas Neto (PSDB)
Demais integrantes: Laércio Benko (PHS), Ricardo Young (PPS), Rubens Calvo (PMDB) e José Police Neto (PSD), substituído por Toninho Vespoli (PSOL)

que, pela versão de homicídio, teria sido vítima de uma armação.

Mais acostumado com dedos apontados e sussurros disfarçados do que com aplausos, Josias chorou com a homenagem no Plenário. Só conseguiu dizer “obrigado a todos”. À **Apartes**, contou que, naquele mesmo dia, horas antes de ser homenageado, estava em Indaiatuba (SP), cidade onde vive, e ao sair para comprar pão ouviu uma pessoa na padaria cochichar para outra: “aquele é o cara que matou Juscelino Kubitschek”. É

uma marca que grudou em Josias. “Foi uma calúnia que jogaram em mim que nem o diabo merecia”, diz.

Outro destaque do trabalho da Comissão foi a restituição simbólica dos mandatos de 42 vereadores cassados entre 1937 e 1969 por ações autoritárias, cometidas tanto pela ditadura militar instaurada em 1964, como pelo Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas e até durante o período democrático do governo Eurico Gaspar Dutra, de 1946 a 1951.

A restituição foi celebrada com uma sessão em 9 de dezembro de 2013, presidida por Armando Pastrelli, vereador cassado em 1947 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por ser comunista, e Moacir Longo, que perdeu o mandato em 1964, após o golpe que derrubou o presidente João Goulart. Uma placa de metal com o nome dos 42 parlamentares foi afixada no hall de entrada da CMSP.

“ESCLARECER AS VIOLAÇÕES”

A Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog iniciou seus trabalhos em maio de 2012, com o objetivo de promover “esclarecimentos em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no Município de São Paulo ou praticadas por agentes públicos municipais” durante a ditadura militar. Foi uma das várias comissões que surgiram naquele ano, em casas legislativas, prefeituras, sindicatos e outras associações, para dar apoio aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, que apresentou seu relatório final em 2014. Além da parceria com a Comissão Nacional, os vereadores paulistanos também atuaram juntos com a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa de São Paulo.

“Foram dois anos de um trabalho exaustivo, muito isento, profissional



MOSAICO
 Clarice, viúva de Vladimir Herzog, descerra painel de Elifas Andreato (de boina), na reinauguração da praça

Angelo Dantas/CMSP

e democrático. Procuramos trabalhar objetivamente, sem apontar o dedo para ninguém e sem livrar a cara de ninguém”, afirma o vereador Natalini. “Ouvimos tanto pessoas que foram presas pela ditadura como torturadores e assassinos”, complementa.

Um desses assassinos foi ouvido logo no início dos trabalhos, em maio de 2013, quando o presidente da Comissão foi até o Espírito Santo entrevistar o delegado de polícia Cláudio Antonio Guerra. Ele falou sobre pessoas que matou e corpos em que deu sumiço, retomando episódios descritos em seu livro *Memórias de uma guerra suja*.

RELATOR Para Mario Covas Neto, relatar a comissão foi “oportunidade indescritível”



Guilherme Galvão/CMSP

Entretanto, nem todos os colaboradores da ditadura falaram com a mesma franqueza de Guerra. Outro delegado, Dirceu Gravina, apontado como torturador dos jornalistas Vladimir Herzog e Luiz Eduardo da Rocha Merlino e do advogado Aluizio Palhano Pedreira Ferreira, todos assassinados, foi ao Palácio Anchieta depor à Comissão, mas, ao chegar, exigiu uma audiência fechada. O pedido foi recusado pelos vereadores. O policial, então, desistiu de falar e voltou para casa.

Já Paulo Egydio Martins, governador de São Paulo entre 1975 e 1979, aceitou colaborar e contou que o aparelho repressivo do Estado havia

recebido um robusto financiamento de empresários. Para falar sobre o apoio privado dado à ditadura, a comissão também convidou o economista Antonio Delfim Netto, ministro dos governos militares, que respondeu a todas as perguntas sem revelar nada. “A tudo ouviu com certo ar de comisseração divertida no rosto impassível e respondeu que jamais tomou conhecimento de financiamentos”, descreve o relatório.

A Comissão ouviu, principalmente, os que sofreram os abusos da ditadura. Sobreviventes relataram as torturas pelas quais passaram e parentes falaram sobre as pessoas queridas que perderam. Uma das vítimas, o operário Santo Dias da Silva, recebeu uma audiência pública dos vereadores em sua homenagem, realizada na Sociedade Santos Mártires, em M’Boi Mirim, zona sul. Silva foi assassinado em 30 de outubro de 1979, durante uma greve de metalúrgicos.

Durante a homenagem ao operário, foi lida uma mensagem de Santo Dias da Silva Filho. “Meu pai queria que o mundo fosse melhor para todos, mais justo”, lembrou o filho do operário assassinado. “Ele tinha 37 anos e imaginava ver os filhos formados, os netos. Não teve esse direito. Direito a nada.” Silva não foi morto pelo Exército, como Vladimir Herzog, mas pela Polícia Militar.

Para o vereador Toninho Vespoli (PSOL), foi na mentalidade dos policiais militares que a ditadura deixou a sua principal marca. Segundo o vereador, a violência policial tornou-se a face de um passado que permanece presente e ameaça nosso futuro: “Os nossos jovens na periferia são mortos praticamente diariamente pela PM. Enquanto não conseguirmos combater isso, não vamos consolidar a democracia”.

A profecia deu certo

Poucos anos antes de ser vereador, o jovem engenheiro ouviu de um vidente que seguiria carreira política. E caiu na gargalhada

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

No início dos anos 1950, o engenheiro recém-formado Reinaldo Canto Pereira conversava com o vidente Chacarian Sana-Khan e teve uma revelação: um dia entraria para a política e seguiria carreira. O então funcionário da Prefeitura de São Paulo caiu na gargalhada e não deu importância à profecia. “Eu detestava política, era como se tivesse dito que eu seria bailarino”, conta hoje, ainda rindo com a história. Entretanto, Sana-Khan acertou em cheio, e Canto Pereira orgulha-se de todos os cargos (por eleição ou indicação) que ocupou nas esferas municipal, estadual e federal. Uma longa carreira para quem não gostava do assunto.

Com 89 anos, o ex-vereador se lembra com satisfação das atividades que exerceu. “Sempre dei o melhor de mim, respeitando todo mundo”, afirma. “E não enriqueci”, faz questão de ressaltar.

O ex-parlamentar também se orgulha de ter ficado amigo de quase todos os políticos com quem conviveu: “Fiz muitas amizades e procurava não ter raiva de ninguém”.

Um de seus seis filhos, o primogênito Reinaldo Canto Pereira Filho, lembra que o pai, em todas as posições que ocupou, demonstrou grande preocupação com o futuro de São Paulo e “conseguiu enxergar antes o crescimento desordenado da cidade”.

Reinaldo pai foi subprefeito de Vila Maria (bairro da zona norte da capital), vereador, secretário de Obras do Município, diretor do Centro Estadual de Abastecimento (Ceasa, atual Ceagesp), diretor do Departamento de Trânsito do Estado, administrador regional do Ipiranga e chefe do Escritório do Conselho Nacional do Petróleo em São Paulo, entre outros cargos.

TAREFAS
Ex-vereador ocupou cargos nas esferas municipal, estadual e federal



PERFIL | Reinaldo Canto Pereira

Filho do dentista Jandiro Joaquim Pereira e da dona de casa Aída Lavínia do Canto Pereira, o político nasceu em 21 de agosto de 1926, em Botucatu, interior de São Paulo. Do pai, lembra-se que fumava muito, tanto que morreu de enfisema pulmonar aos 69 anos. Da mãe, que era muito culta e lia obras clássicas (algumas no original em francês) para o pai dela, que era cego. O gosto pela cultura d. Aída passou para os filhos e os netos.

Ainda criança, Canto Pereira mudou-se para a capital paulista, onde estudou no Ginásio São Paulo e na Universidade Mackenzie, formando-se em engenharia civil. “Desde criança queria ser engenheiro, pois



HOMENAGEADO
Canto Pereira agradece a Medalha Anchieta concedida pelos vereadores em 1976

uma vez um primo mais velho me mostrou um brinquedo de madeira no qual se colocava uma moeda e ela desaparecia e depois aparecia de novo”, recorda-se. “Como eu consegui descobrir o segredo, minha família ficou impressionada e disse que eu tinha jeito e daria um bom engenheiro. Eu acreditei”.

Antes de terminar os estudos, começou a procurar emprego e bateu na porta da Prefeitura. Conseguiu uma vaga de topógrafo com a ajuda de um atestado de bons antecedentes, dado por Abreu Sodré, para que pudesse assumir o posto. Sodré era amigo da família e anos depois foi governador de São Paulo. Depois de formado, Canto Pereira tornou-se engenheiro da Prefeitura.

Em 1957, foi escolhido pelo prefeito Vladimir de Toledo Pisa para ser subprefeito da Vila Maria. Sua atuação recebeu elogios e muitos amigos o convenceram a sair candidato a vereador, em 1959, pelo

Partido Social Progressista (PSP). A candidatura contou com o apoio do prefeito de São Paulo na época, Ademar de Barros.

Reinaldo Canto Pereira conseguiu 4.230 votos, dois a menos que Ítalo Fittipaldi, o vereador menos votado, e ficou na primeira suplência. “Foi triste, mas estava escrito que não era para eu ganhar”, resigna-se, mais de 50 anos depois. “Na nossa vida tudo está escrito”, acredita ele, que tem formação católica, mas hoje se diz um espiritualista. Em seu apartamento, há símbolos de várias religiões, como cristianismo e budismo, por exemplo. Com os pedidos de licença dos vereadores, assumiu o cargo em diversas ocasiões. Em 1963, foi candidato novamente e teve 4.875 votos. Mais uma vez, ficou na suplência.

RODOVIÁRIA DA DISCÓRDIA

Do período que passou no Palacete Prates, antiga sede da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), o ex-ve-

reador se orgulha de ter apresentado o projeto de lei (PL) 268/1960, que possibilitou a construção da primeira rodoviária da cidade. Naquela época, os ônibus não tinham local certo para embarque e desembarque de passageiros. Para ir ao Rio de Janeiro, por exemplo, embarcava-se próximo à esquina da Avenida Ipiranga com a Avenida São João. Por sua vez, os ônibus com destino ao Vale do Paraíba saíam da Avenida Rio Branco. “Era a maior confusão”, recorda-se. “Foi um projeto muito polêmico, mas era do que a cidade precisava”, conta.

A proposta foi apresentada por Canto Pereira, a pedido do prefeito

Ademar de Barros. “Se não tomarmos uma providência drástica, o trânsito em São Paulo, dentro de cinco anos, não poderá se movimentar”, alertou, ao defender seu projeto na tribuna da Câmara. Segundo ele, de 1954 a 1960 a velocidade média dos ônibus em São Paulo caiu de 14 km/h para 5 km/h. “Essa estatística nos assusta e nos mostra que nesta cidade, dentro de pouco tempo, não se poderá movimentar pelo seu centro com desembaraço”, argumentou.

Outros vereadores entendiam a necessidade da estação rodoviária, mas criticavam a forma como estava



GRADUAÇÃO
O ex-vereador é engenheiro civil formado na Universidade Mackenzie

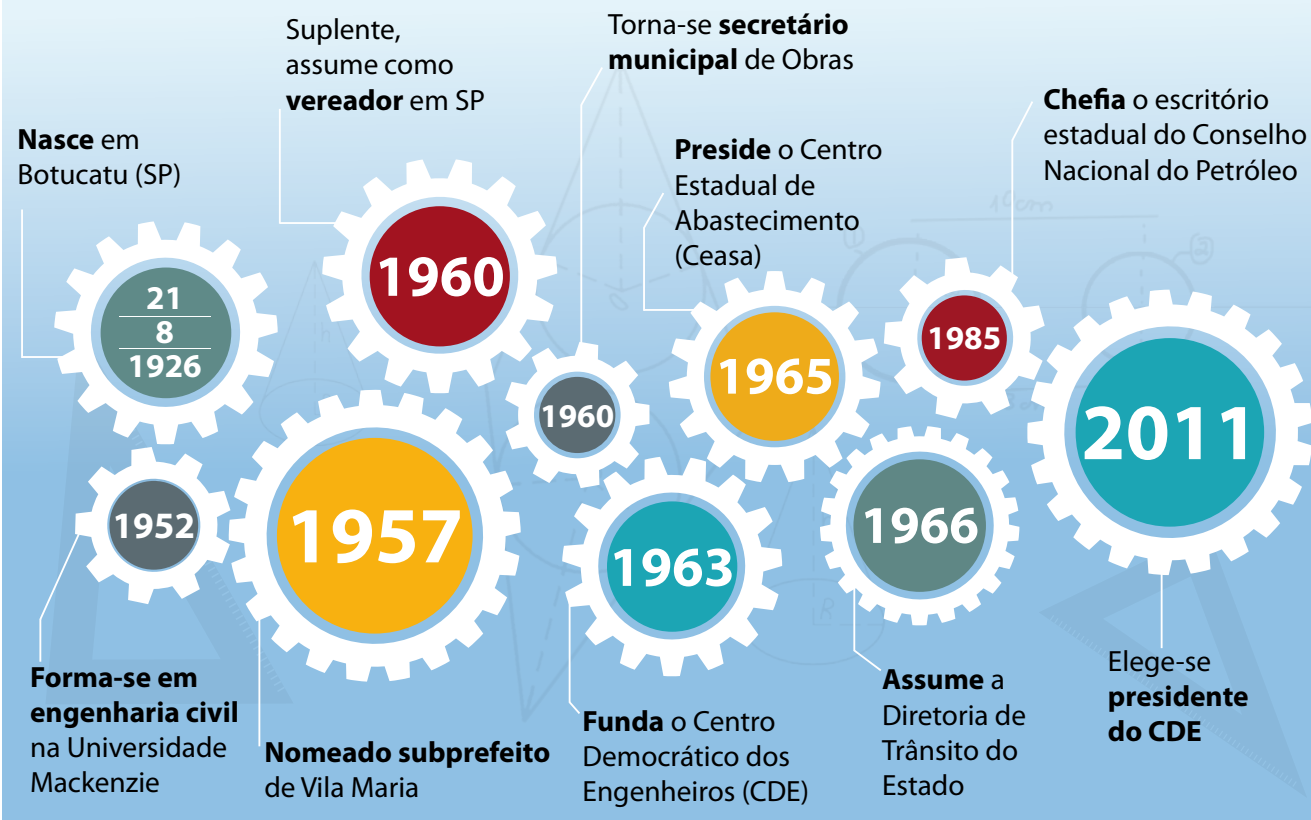


NA LUZ
Projeto de Canto Pereira possibilitou a construção da primeira rodoviária de São Paulo, na Praça Júlio Prestes

ATIVO • Membro mais velho da Associação dos Ex-Vereadores da Cidade de São Paulo, ele ainda participa de eventos na Câmara



ENGENHEIRO ATAREFADO



sendo construída, por meio de uma parceria entre as iniciativas pública e privada. Em conjunto com a Prefeitura, os empresários Carlos Caldeira Filho e Octávio Frias de Oliveira idealizaram, ergueram e administraram a Estação Rodoviária São Paulo, na Praça Júlio Prestes, bairro Luz.

O vereador Ari Silva, do Partido Republicano (PR), era contra o projeto, e alegava que “atrás desse empreendimento existe um particular que ganhou todas as vantagens”, enquanto outros, não amigos do prefeito, não ganharam. Silva defendia a construção de outras rodovias:

“Não é justo que somente quem teve a proteção direta do prefeito é que venha aferir lucros extraordinários”.

Após muito debate no Palacete Prates e mudanças na proposta original, o projeto foi aprovado. Sem estar totalmente concluída, a nova rodoviária foi inaugurada em 25 de janeiro de 1961. O jornal *Folha de S.Paulo* (cujo proprietário José Nabantino Ramos era amigo próximo de Octávio Frias de Oliveira, que em 1962 comprou o jornal) afirmou em reportagem que o terminal iria “contribuir para a solução de um problema crônico, em cuja órbita a

iniciativa do poder público nunca foi além dos planos e promessas”.

Por sua vez, o jornal *O Estado de S.Paulo* criticou a escolha do local. “A Praça Júlio Prestes não apenas é pequena, como principalmente está rodeada de ruas estreitas e impraticáveis para oferecer ao tráfego um índice de vazão pelo menos razoável”, declarou em editorial.

A Estação Rodoviária da Luz funcionou até 1982, quando o Terminal Rodoviário do Tietê foi inaugurado. O prédio foi demolido em 2010, acentuando a decadência da região conhecida como Cracolân-

dia. Hoje, o local aonde os ônibus intermunicipais chegavam é um terreno vazio que serve de ponto de encontro de usuários de drogas.

ADMIRADOR DOS MILITARES

No começo da década de 1960, o mundo estava dividido por causa da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética. O Brasil se contaminou por esse clima. O presidente João Goulart sofria uma oposição ferrenha. Políticos e militares conspiravam para derrubá-lo. Em 19 de novembro de 1963, Reinaldo do Canto Pereira se uniu a centenas de engenheiros e assinou o manifesto de fundação do Centro Democrático dos Engenheiros (CDE), que denunciava o clima político, administrativo, econômico e social do Brasil. “Preferimos acender uma luz, ainda que tênue, a estar esterilmente amaldiçoando a escuridão”, apontava o documento. “Os que, entretanto, desejam levar o povo ao desespero e o País ao caos nos terão pela frente, num



TALENTO
O ex-parlamentar homenageou Sílvio Caldas (terceiro a partir da esquerda): fã e amigo

combate implacável e sem quartel”, desafiavam os engenheiros.

Os opositores de Jango (apelido de João Goulart) o acusavam de querer transformar o Brasil em uma ditadura comunista. Canto Pereira havia visitado Havana em 1962, como convidado do governo cubano, para participar das celebrações do terceiro aniversário da Revolução Comunista. “Conheci pessoalmente Fidel Castro, ele tem muito carisma”, diz o ex-vereador, para em seguida ressaltar: “Sou contra o regime cubano, pois tirou a liberdade do povo”.

Na sessão da CMSP de 19 de março de 1964, quando houve em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, Canto Pereira elogiou o movimento que, segundo os organizadores, pretendia impedir o Brasil de se tornar uma Cuba.

CAMPANHA
Canto Pereira (à direita) era bem próximo de Ademar de Barros (ao centro)



Brasil, Iolanda Costa e Silva, fosse homenageada com título de cidadã paulistana pela CMSP. “Ela era tão tímida que ficou encabulada para receber a homenagem”, lembra-se. A proposta de Canto Pereira não chegou a ser votada porque seu mandato acabou.

Hoje, ainda é um admirador das Forças Armadas. “O Exército é a instituição que mais conhece o Brasil”, enaltece. E faz questão de ressaltar que não apoia um novo golpe militar. “Naquela época houve necessidade, agora não”, justifica. O ex-vereador também acredita que os militares deveriam ter devolvido o poder aos civis ainda na década de 60. “Demoraram muito”, lamenta. O regime militar acabou em 1985.

De seu período como vereador, Reinaldo Canto Pereira também se lembra de ter proposto o título de cidadão paulistano ao cantor Sílvia Caldas, em 1961. “Um fã do artista carioca me procurou para que eu sugerisse a homenagem”, diz. “Eu



POSSE
Canto Pereira assume
a Secretaria de Obras
do Município, em 1960

FAMÍLIA • O ex-vereador e os filhos Ricardo, Reinaldo, Tais, Ana Cecília, Flavio e Luiz (a partir da esquerda)



não o conhecia pessoalmente, mas depois que o conheci ficamos amigos, era um cara genial”, conta.

“ADEMARISTA CONVICTO”

Em 1960, como resultado de um acordo com a Câmara Municipal, o prefeito Ademar de Barros chamou Canto Pereira para ser secretário municipal de Obras. A gestão durou apenas um mês. Segundo o ex-vereador, um dia Ademar lhe fez uma grosseria enquanto estavam despachando. “Ele não olhava na minha cara”, relata. “Não pensei duas vezes: pus a pilha de documentos em cima da mesa e fui embora, nunca mais voltei.”

Canto Pereira relembra que o prefeito telefonou pedindo desculpas e querendo fazer as pazes, e ele perdoou. “Ademar de Barros sabia convencer as pessoas, tinha uma lábia fantástica”, diz, com saudades, Canto Pereira.

Depois desse episódio, os dois políticos ficaram mais próximos. Ademar, que era médico mas não exercia a profissão, uma vez se prontificou a prescrever um remédio para inflamação nos olhos a Canto Pereira, que guarda a receita até hoje. “Sou um ademarista convicto”, define-se.

Em 1965, Ademar de Barros estava no terceiro mandato de go-

vernador do Estado de São Paulo e nomeou Ademar de Barros Filho presidente da Central Estadual de Abastecimento (Ceasa), atual Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). O escolhido para ser diretor administrativo da Ceasa foi Canto Pereira. “O Ademarzinho era ótimo, só aceitou ser presidente se eu fosse trabalhar com ele”, orgulha-se o ex-vereador.

Ainda no governo de Ademar de Barros, em 1966, Canto Pereira foi nomeado diretor do Departamento de Trânsito do Estado. “A imprensa me acusava de parar São Paulo, mas o que fiz foi diminuir os engarrafamentos”, defende-se. “Por exemplo, eu fiz o primeiro anel viário da cidade”, lembra. Aos 89 anos, ainda dirige seu carro.

Ele conta também que só votou uma vez em Jânio Quadros, principal adversário político de Ademar: foi em 1985, quando Quadros derrotou Fernando Henrique Cardoso na disputa pela Prefeitura de São Paulo. “Votei porque o ministro Roberto Cardoso


Alves, de quem eu era muito próximo, pediu”, esclarece. “Roberto era como um irmão para mim”.

RECONHECIMENTO DA CMSP

Por sugestão do vereador Nestor Ribeiro, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), em 1976 a Câmara Municipal homenageou Reinaldo Canto Pereira concedendo-lhe a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo.

Em 1990, ele tentou se eleger deputado federal e, quatro anos depois, estadual. Não conseguiu. Mesmo sem ocupar um cargo público, continua propagando suas ideias, principalmente sobre a importância da educação. “O Japão e a Coreia do Sul são bons exemplos de como a educação é importante, o Brasil poderia imitá-los”, sugere.

Canto Pereira costuma tratar desses temas nas reuniões do Centro Democrático dos Engenheiros (CDE), do qual foi presidente entre 2012 e 2015. Ele se diz um otimista, mas lamenta que “o que atrapalha o Brasil é que aqui as leis são parcialmente cumpridas”. Membro mais idoso da Associação dos Ex-Vereadores da Cidade de São Paulo (Avesp), ele pensa em escrever um livro com suas histórias e observações sobre a vida e o País.

Em agosto, Canto Pereira completa 90 anos. Ele não costuma comemorar aniversários. “Não tive mérito nenhum nisso, toda a responsabilidade de eu ter nascido foi de papai e de mamãe”, brinca. Mas neste ano será diferente: “Tenho me esforçado para viver com saúde e essa data precisa ser festejada”. Embora ainda não tenha decidido como serão as celebrações, o certo é que o ex-vereador vai comemorar bastante ao lado da esposa, Yara, dos seis filhos e dos nove netos. 

VISÃO • Reinaldo Filho: “meu pai conseguiu enxergar antes o crescimento desordenado da cidade”



A pedido do poeta

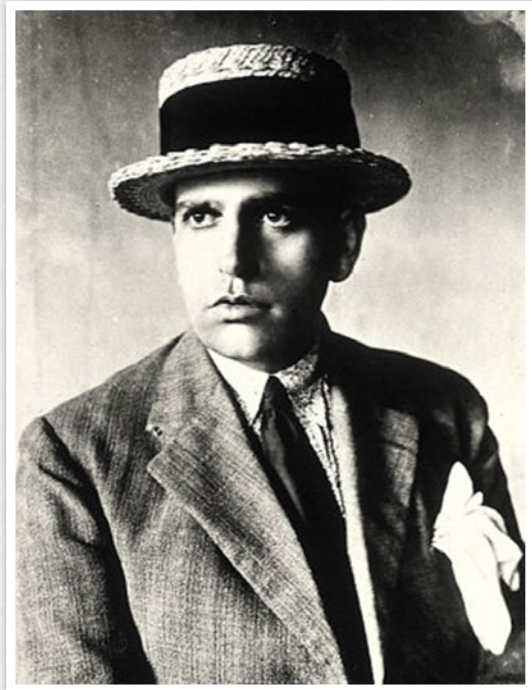
Um requerimento de Oswald de Andrade deu início ao processo de construção da Praça Benedito Calixto

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Em 1919, José Oswald de Souza Andrade era apenas um bacharel em direito recém-formado e amante das artes modernas. Em 30 de agosto daquele ano, o futuro líder do movimento modernista (iniciado em 1922) pagou uma taxa de mil réis e protocolou um requerimento na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). O escritor solicitava que uma praça planejada para a Rua Mourato Coelho, na zona oeste, fosse construída na Rua Lisboa, em frente à Igreja do Calvário, no Bairro Cerqueira César, também na zona oeste. O terreno da Mourato Coelho pertencia a Oswald, e segundo ele a mudança de local era um desejo dos moradores da região.

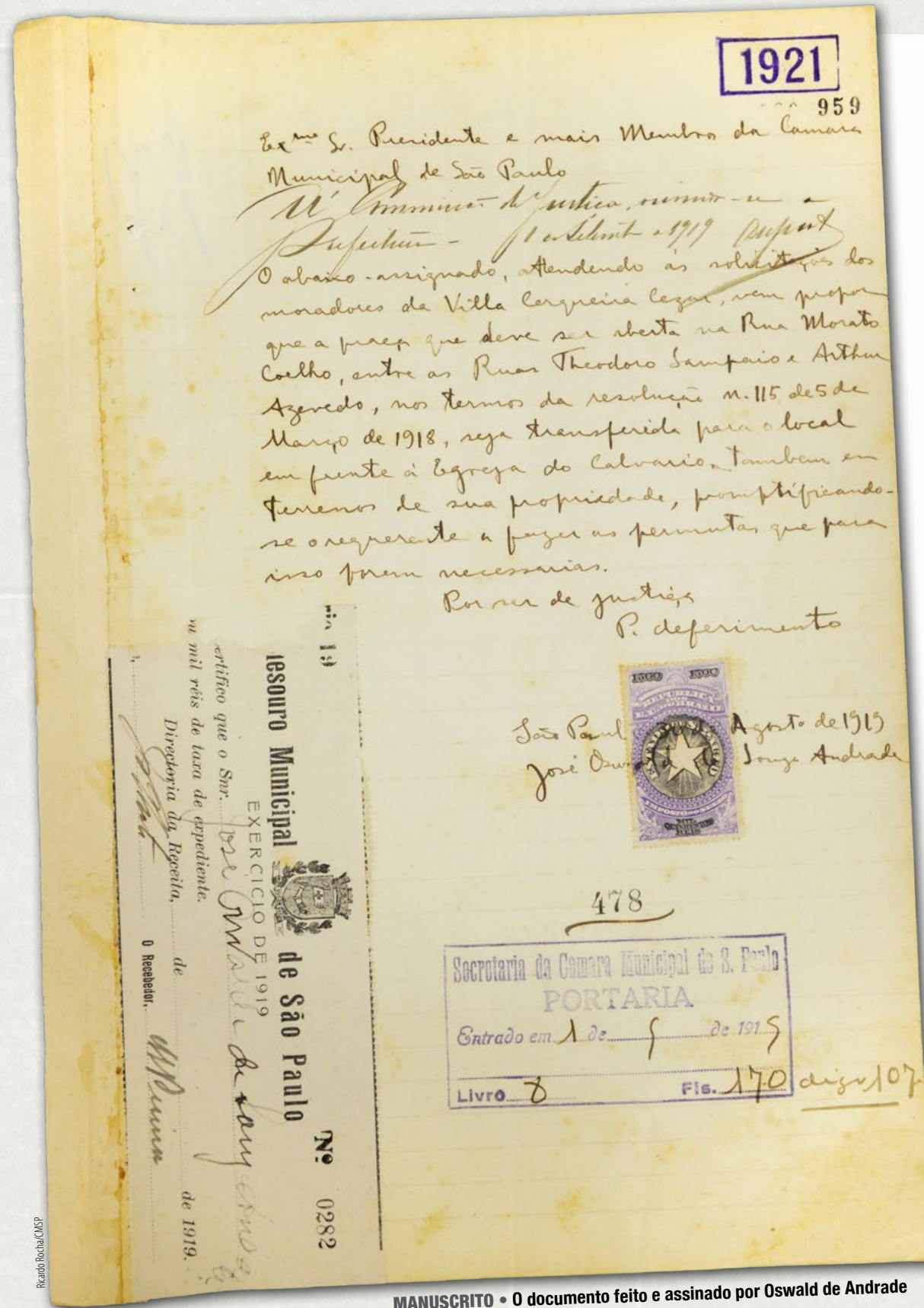
O pai do modernista, José Oswald Nogueira de Andrade, que morrera em fevereiro de 1919, foi o responsável pela criação do bairro, em 1890. “A Vila Cerqueira César tinha sido aberta pelo esforço do meu pai”, conta o filho orgulhoso em seu livro de memórias, *Um homem sem profissão*. Na obra, Oswald de Andrade lembra que o pai transformou a Chácara Água

ARTISTA • Oswald de Andrade foi um dos líderes do movimento modernista



D. P. P. P.

Ricardo Rocha/CMSP



MANUSCRITO • O documento feito e assinado por Oswald de Andrade

Íntegra do requerimento de Oswald de Andrade*

Excelentíssimo Senhor Presidente e mais membros da Câmara Municipal de São Paulo.

O abaixo-assinado, atendendo às solicitações dos moradores da Vila Cerqueira César, vem propor que a praça que deve ser aberta na Rua Mourato Coelho, entre as Ruas Teodoro Sampaio e Artur Azevedo, nos termos da Resolução nº 115, de 5 de março de 1918, seja transferida para o local em frente à Igreja do Calvário, também em terrenos de sua propriedade, prontificando-se o requerente a fazer as permutas que para isso forem necessárias.

Por ser de justiça, pede deferimento.

São Paulo 30 de agosto de 1919
José Oswald de Souza Andrade

(*A grafia foi atualizada)

Branca dos Pinheiros e o Sítio Rio Verde em um bairro urbano e o nomeou em homenagem a José Alves Cerqueira César, que foi presidente do Estado de São Paulo e um dos políticos mais próximos de Nogueira de Andrade.

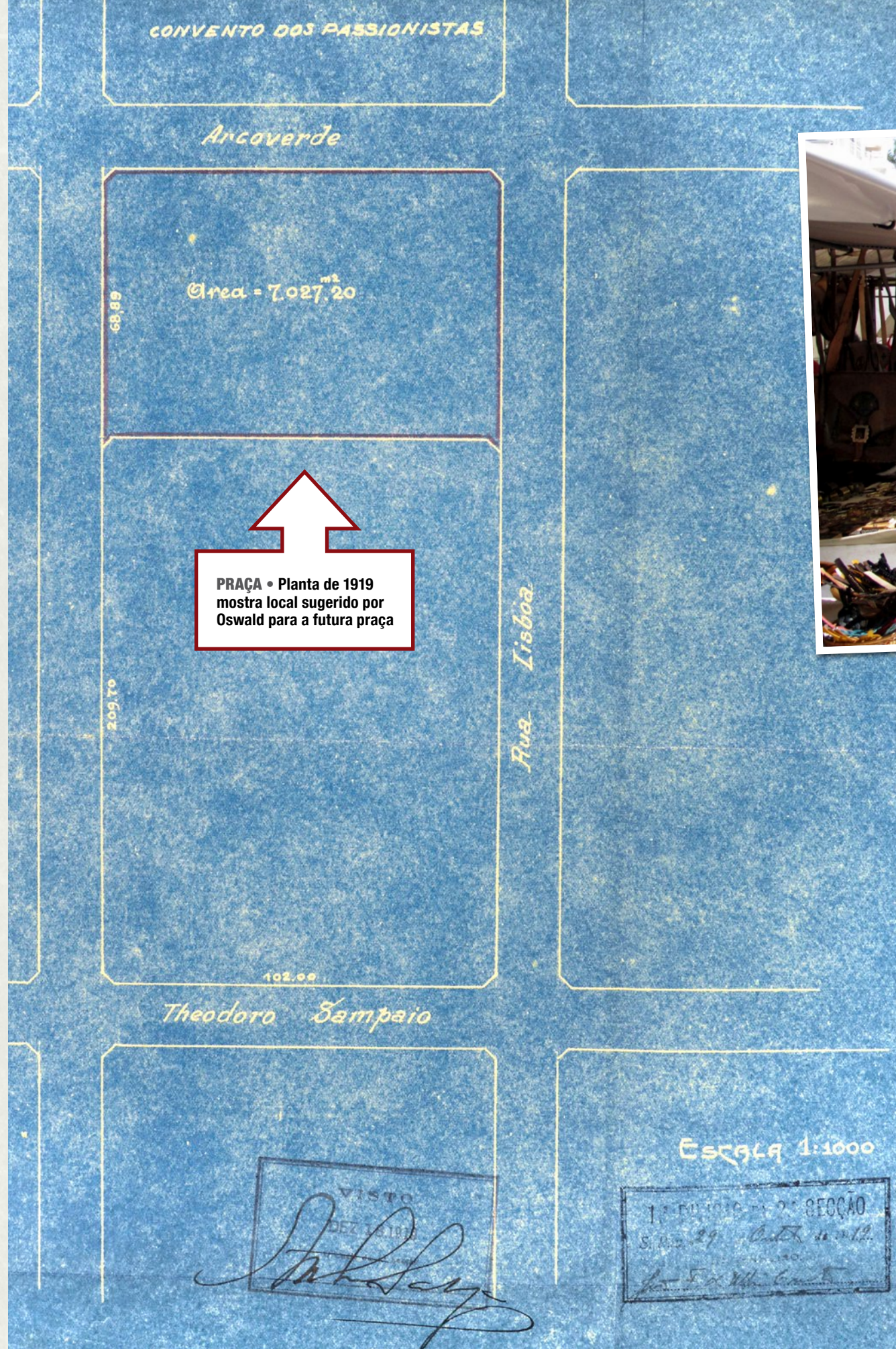
Oswald conhecia a burocracia municipal, pois seu pai havia sido vereador de São Paulo quatro vezes, entre 1899 e 1914. “Entre os projetos executados pela iniciativa de meu pai, ficaram o alargamento da Rua Líbero Badaró, que era uma viela de mulheres públicas, e o da construção do Viaduto de Santa Ifigênia”, conta em *Um homem sem profissão*.

A solicitação seguiu os trâmites legais do Legislativo municipal, mas as decisões não foram favoráveis ao escritor. Um parecer da Comissão de Justiça, de 5 de março de 1920, afirma que o requerimento cita solicitações “alegadas, mas não provadas” dos moradores de Cerqueira César. Os vereadores Rocha Azevedo e Armando Prado, membros da Comissão, informaram que o diretor de Obras da Prefeitura, “após as precisas diligências”, afirmara que o local sugerido “não se presta absolutamente à praça indicada”.

Por sua vez, as Comissões Reunidas de Obras e Finanças declararam, em 31 de janeiro de 1921, que o local era “de todo inconveniente” e que a transferência seria “muito mais dispendiosa”. Assim, o requerimento de Oswald de Andrade foi arquivado.

“SOLUÇÃO VANTAJOSA”

O pedido de Oswald foi engavetado, mas a ideia de uma praça em frente à Igreja do Calvário continuou a ser analisada. Em 12 de janeiro de 1925, o vereador Júlio Silva apresentou um requerimento ao prefeito pedindo que ele regularizasse o trecho da Rua Lisboa, entre as Ruas Teodoro Sampaio e Cardeal Arcoverde, “a fim de ser mantida a comunicação no local que



ATRAÇÃO • Feira de antiguidades na Praça Benedito Calixto

hoje é feita por uma travessa particular”. Havia o risco de a ligação ser fechada.

Em junho de 1925, o proprietário do terreno, Claudio de Souza, ofereceu à Prefeitura uma faixa de terreno de 30 metros ao longo da Rua Lisboa, para que ali fosse construída a praça. Atendendo a consulta das comissões de Obras e Finanças, a Prefeitura respondeu que a solução proposta por Souza era “interessante e vantajosa” para o Município sob dois aspectos: o bairro teria seu primeiro espaço livre regularizado e a Rua Lisboa ganharia um perfil econômico, evitando que se transformasse em um grande aterro.

As Comissões ressaltaram que, com um pequeno gasto, a Câmara poderia reformar a praça e estabelecer, no novo Santuário que estava sendo construído pela Congregação dos Padres Passionistas, uma saída

direta para a Rua Teodoro Sampaio. Assim, no dia 22 de agosto de 1925 a CMSP aprovou a doação dos terrenos e a construção da praça.

Quase 11 anos depois, o Ato nº 1.065, de 16 de abril de 1936, assinado pelo prefeito Fábio da Silva Prado, determinou que a praça na Rua Lisboa iria se chamar Benedito Calixto, “pintor paulista de larga projeção, que se salientou como decorador, principalmente de templos religiosos”.

A Praça Benedito Calixto é bem conhecida dos paulistanos e dos turistas. Aos sábados, das 9h às 19h uma feira de antiguidades atrai grande público, que compra (ou apenas observa) vinhos, louças, móveis rústicos, brinquedos, livros e mais uma variedade de objetos. Também há uma praça de alimentação com comidas e bebidas para todos os gostos, além de uma roda de chorinho.

GCM completa 30 anos

Criada por Jânio Quadros, corporação iniciou com 150 agentes e armas emprestadas

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Na campanha à Prefeitura de 1985, o candidato Jânio Quadros prometeu devolver aos paulistanos uma versão municipal da extinta guarda civil estadual. “A Polícia Militar tinha uma atuação repressiva e as pessoas simpatizavam com o guarda de atuação comunitária, de fino trato, que interage e é parceiro”, lembra Paulo José Barbosa. Em fevereiro de 1986, ele era um militar reformado e foi contratado para treinar os primeiros guardas civis metropolitanos de São Paulo, ajudando Jânio, que já tinha assumido como prefeito, a cumprir sua promessa.

A criação oficial da Guarda Civil Metropolitana (GCM) ocorreria meses depois, com a Lei 10.115/1986, proposta pelo Executivo. A primeira turma tinha 150 agentes e portava armas emprestadas pelo Exército. Segundo a lei, a corporação deveria vigiar os bens municipais de uso comum e colaborar na segurança pública, com competência para o policiamento e fiscalização do trânsito. Na prática, as atribuições também incluíam orientar turistas estrangeiros que visitavam o Parque Ibirapuera, ensinar história aos visitantes do Parque da



PASSADO • Formatura da primeira turma de guardas civis metropolitanos, em 1986

Independência e combater o trabalho e a exploração infantis.

“Para atender a essas demandas, a GCM tinha corpo altamente qualificado, recrutava pessoas com o ensino médio completo, enquanto as outras guardas pediam apenas o ensino fundamental”, diz Barbosa, que entrou oficialmente para a GCM no primeiro concurso e agora

trabalha no Subcomando da corporação. Até hoje, a seleção pública para integrar a GCM exige habilidades de relacionamento interpessoal elevadas, com “atitudes interativas” e “menos reservadas”, além de boa capacidade de mediação de conflitos.

Atualmente, a GCM paulistana tem 6.200 homens e mulheres, que mantêm a orientação preventiva e comunitária, mas adaptou algumas atividades ao aumento das demandas. O atendimento a estrangeiros, por exemplo, é feito pelos integrantes políglotas apenas em eventos específicos, como carnaval e corridas de Fórmula 1. Mas as principais atividades dos guardas civis são os programas de policiamento escolar, combate ao comércio ambulante ilegal, proteção dos agentes e do patrimônio público, proteção ambiental e proteção e encaminhamento das pessoas em situação de risco.

Os GCMs ainda ajudam em programas sociais como o Braços Abertos, criado pela Prefeitura para resgate

PRESENTE • Vereadores e GCMs na entrega da Medalha Jânio Quadros de 2015



social de usuários de crack, por meio de trabalho remunerado, na região da Luz, no centro de São Paulo. A Guarda Civil é também a gestora do projeto Guardiã Maria da Penha, uma parceria entre o Executivo paulistano e o Ministério Público estadual para acolher e orientar mulheres em situação de violência. Outra das funções é mediar desentendimentos, como brigas de vizinhos, nas Casas de Mediação de Conflitos abrigadas nas próprias instalações da Guarda Civil Metropolitana em São Paulo.

FORTALECIMENTO

Às vésperas de comemorar seu trigésimo aniversário, a corporação vinha se enfraquecendo com a falta de um plano de carreira. “Ao longo de uma década, o efetivo ficou condensado em alguns cargos, enquanto os mais altos estavam vazios devido às dificuldades que uma lei de 2004 impunha à ascensão”, explica o presidente do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo (Sindiguardas-SP), Clóvis Roberto Pereira. Por isso, ele menciona que a Lei 16.239/2015, votada na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) para criar um plano de carreira para a GCM, foi a mais relevante dos últimos anos. Segundo o sindicalista, a legislação já surte efeitos: “muita gente começou a subir na carreira e, neste ano, mais colegas serão promovidos”.

Também comemorada pela corporação, a Emenda à Lei Orgânica 3/2015, do Executivo, dispensa a necessidade de comprovar prejuízo à saúde ou integridade física para recebimento de aposentadoria especial na GCM, bastando considerar que se trata de atividade de risco. O regime diferenciado de aposentadoria, sem exigência de idade mínima, havia sido aprovado pela CMSP dois anos antes,



PROTEÇÃO • Guarda Civil durante ronda em escola paulistana, na década de 1980

por meio de proposta dos vereadores Abou Anni (PV) e Edir Sales (PSD).

Em 2014, a Câmara aprovou outras duas leis do Executivo para valorizar a GCM. Uma delas regulamenta a atividade complementar, ao prever pagamento para o trabalho extra na própria corporação. A segunda legislação estabeleceu os reajustes anuais da categoria a partir de 2014. “A grande vantagem de essa lei ter sido aprovada em 2014 é que, apesar da crise, nos deu a segurança de já prever o reajuste de 2016”, diz Pereira. Neste ano, o reajuste acordado é de 10,26%.

Outro dos benefícios aprovados é de 2013, proposto pelo vereador Ari Friedenbach (PHS), que atualizou para R\$ 200 mil o seguro pago à família em caso de morte do GCM, também para equiparar ao valor vigente para as polícias Civil e Militar. Em janeiro de 2016, o projeto foi aprovado e transformou-se na Lei 16.347.

Para o comandante-geral da corporação, Gilson Pereira de Menezes, os últimos três anos foram os mais

marcantes na valorização da categoria. Segundo ele, “nada poderia se materializar se não fosse o empenho e o respeito que os vereadores tiveram com a Guarda Civil Metropolitana”.


HONRARIAS

A lei que criou a GCM, em 1986, foi assinada em 15 de setembro. Anualmente, nesse dia (ou na data útil subsequente), os membros da Guarda de destaque são reconhecidos pela Câmara com a Medalha e o Diploma Jânio Quadros, por indicação do comandante-geral da Guarda e com a aprovação dos vereadores. A resolução que deu origem à honraria foi proposta pelo ex-vereador Coronel Telhada, em 2014. A premiação começou a ser distribuída naquele ano. “Profissionais de segurança pública que arriscam sua própria vida, lutando diuturnamente em defesa dos municípios e pela paz social, merecem ter seu reconhecimento por toda a sociedade paulistana”, diz Telhada na justificativa da proposta.

Um dos profissionais premiados em 2015 foi Wagner de Lourenço, que resgatou uma criança recém-nascida de uma lixeira, no bairro da Luz, e a encaminhou à Santa Casa de Misericórdia. Também homenageado, Aguinaldo Aparecido de Oliveira fez uma apreensão de 109 pedras de crack no centro de São Paulo.

Outra honraria concedida pela Câmara relativa à GCM é a Medalha Tiradentes, proposta pelo ex-vereador William Woo em 2001 e destinada a policiais civis e militares de destaque.

A inspetoria da Guarda Civil Metropolitana na Câmara Municipal completará uma década no ano que vem. No Palácio Anchieta, sede da CMSP, trabalham 78 GCMs, cuja prioridade é monitorar os acessos ao prédio, ao Plenário e às salas com eventos fechados, para resguardar o patrimônio e as atividades desenvolvidas no Legislativo. “O acesso dos cidadãos é livre e a orientação dada aos guardas civis é de que essa é a casa do povo”, explica o comandante Vagner Oscar Rufino, responsável pelos guardas civis da Câmara. Somente em situações atípicas, como manifestações, a GCM e a Polícia Militar fazem o controle do acesso de pessoas ao prédio.

Os guardas civis também fazem parte das ações externas promovidas pelos vereadores, como as audiências públicas da Lei de Zoneamento e o Câmara no seu Bairro, que no ano passado levou sessões públicas legislativas às regiões das 32 Subprefeituras paulistas. 

SERVIÇO

Central de telecomunicações da GCM - Telefone: 153

Dá informações sobre mediação de conflitos, recolhimento de armas, resgate de animais silvestres e outros serviços



- CURSOS
- DEBATES
- SEMINÁRIOS
- PÓS GRADUAÇÃO

Gratuitos e abertos à população

 /eparlamento  @e_parlamento

www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento
 escoladoparlamento@camara.sp.gov.br
 Telefone: 3396.4960



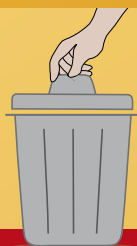
com o **AEDES AEGYPTI**

TUDO CUIDADO É POUCO



O *Aedes aegypti* é transmissor de doenças graves, como:

DENGUE, FEBRE AMARELA, FEBRE ZIKA e CHIKUNGUNYA



Mantenha lixeiras bem fechadas



Tampe bem tonéis e barris d'água



Coloque o lixo em sacos plásticos



Não deixe água acumulada



Encha de areia os pratos de vasos e lave-os semanalmente



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**